

REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE A CIDADE-ARMÁRIO E OS GRUPOS LGBTQIA+

MIGUEL PACÍFICO FILHO

Universidade Federal do Norte do Tocantins

miguel.filho@ufnt.edu.br

THELMA PONTES BORGES

Universidade Federal do Norte do Tocantins

thelmaborges@ufnt.edu.br

WALACE RODRIGUES

Universidade Federal do Norte do Tocantins

walace.rodrigues@ufnt.edu.br

RESUMO

Propomos contribuição epistemológica ao demonstrar que a cidade-armário, enquanto ambiente hostil aos LGBTQIA+, é pouco facilitadora da psiquê humana, funcionando como produtor e produto de ressentimentos, despersonalizando e desintegrando sujeitos. Nosso texto é um ensaio de cunho bibliográfico, que analisa as reverberações da cidade-armário para as populações que fogem à heteronormatividade de gênero. Oferecemos, ainda, debate acerca da relação do ambiente com a formação humana e suas consequências traumáticas para o público em questão. Os resultados deste trabalho revelam que as cidades devem ser planejadas para atender também aos grupos minoritários, oferecendo ambientes seguros de interação social, que permitam expressões identitárias e de afetos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade humanizada. Ambientes sociais seguros. Não violência. Trauma.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

EPISTEMOLOGICAL REFLECTIONS ON THE CITY-CLOSET AND LGBTQIA+ GROUPS

ABSTRACT

We propose an epistemological contribution by demonstrating that the city-closet, as a hostile environment for LGBTQIA+, does little to facilitate the human psyche, functioning as a producer and product of resentments, depersonalizing and disintegrating subjects. Our text is a bibliographic essay, which analyzes the reverberations of the city-closet for populations that flee gender heteronormativity. We also offer a debate about the relationship between the environment and human formation and its traumatic consequences for the public in question. The results of this work reveal that cities must be planned to also serve minority groups, offering safe environments for social interaction, which allow expressions of identity and affection.

KEYWORDS: Humanized city; Safe social environments; No violence; Trauma.

RÉFLEXIONS ÉPISTÉMOLOGIQUES SUR LA VILLE-PLACARD ET LES GROUPES LGBTQIA+

RÉSUMÉ

On propose une contribution épistémologique en démontrant que la ville-placard, en tant qu'environnement hostile pour les LGBTQIA+, facilite peu la psyché humaine et fonctionne comme producteur et produit de ressentiments, en dépersonnalisant et désintégrant les sujets. Le texte est un essai bibliographique qui analyse les réverbérations de la ville-placard pour des populations fuyant l'hétéronormativité de genre. On propose également un débat sur la relation entre l'environnement et la formation humaine ainsi que ses conséquences traumatisantes pour le public concerné. Les résultats de ce travail révèlent que les villes doivent être conçues pour servir également les groupes minoritaires, offrant des environnements sûrs pour l'interaction sociale, qui permettent l'expression de l'identité et de l'affection.

MOTS-CLÉS: Ville humanisée; Environnements sociaux sûrs ; Non-violence ; Traumatisme.

1 | INTRODUÇÃO

O cancionero popular contemporâneo retrata, em muitos casos, ao tomar a cidade como tema, a questão urbana brasileira permeada por inadequações e violências em suas múltiplas acepções. Antunes (2010) menciona uma “cidade sem céu, mas com paisagens portáteis” e Assumpção (1993) faz-nos o seguinte convite: “venha até São Paulo, viver à beira do stress, fuligem, catarro, assaltos no dia dez”. Ressalta-se a artificialidade dos espaços urbanos, a fragilização da saúde mental e a violência referenciada no ciclo da temporalidade inerente ao mundo do trabalho.

Ao discutir de maneira seminal as relações entre a cidade e a subjetividade, Simmel (2005) menciona a intensificação da vida nervosa resultante da transformação daquilo que ele nomeia como espírito moderno em um espírito majoritariamente contábil, o objetivo se torna preponderante em relação ao subjetivo. Leitão (2013) ao problematizar a obra de Simmel (2005) constitui como hipótese de trabalho a percepção de que a cidade ocupa um lugar de substituição na constituição das subjetividades humanas, apresentando-se enquanto locus de estranhamentos de ordens diversas.

A literatura que discute as cidades também nomeou como questões urbanas relevantes as discussões sobre problemas vinculados ao “crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo” (Vainer, 2013, p. 76). Observa-se, nessa mesma literatura, a perspectiva assumida pela gestão

pública para equacionar os muitos e significativos problemas apresentados pelas cidades brasileiras. Nesse sentido, Maricato (2015) menciona a resistência de dirigentes municipais na (re)estruturação de uma consciência a respeito da cidade real, pois isso implicaria na necessidade de convencimento de que a população estaria em piores condições de vida do que possibilita a leitura a partir dos cartões-postais.

Representativos dos contextos anteriormente mencionados, os números divulgados pelo Dossiê de mortes e violências contra LGBTQIA+ (Mortes [...], 2022), apurados pelo Observatório de mortes e violências LGBTI+ no Brasil, para o ano de 2021, revelam que o Brasil assassinou um LGBTQIA+ a cada 27 horas. No ano de 2020, o total de mortes para essa população foi de 237, enquanto no ano de 2021 foi de 316, resultando num aumento de 33,3%. Cabe dizer que parte significativa de tais atos ocorrem em vias públicas, espaços domésticos e de trabalho, ou seja, nos mais diversos ambientes urbanos. Tais números nos permitem afirmar que os espaços urbanos não se apresentam receptivos às diversas formas de estar e ser no mundo e nos permitem buscar referência na noção de cidade-armário de Carvalho e Macedo Júnior (2017). Estes autores propõem problematizar as estratégias constituídas pelos corpos dissidentes da heteronormatividade para transitar, habitar e acessar aquilo ofertado pela cidade.

Ainda, Mendes e Silva (2020), ao discutirem homicídios da população LGBTQIA+ no Brasil sob a perspectiva da análise espacial, apresentam a taxa de homicídios deste grupo populacional em todas as regiões do

Brasil e selecionam 18 cidades entre aquelas que não são capitais e cujos números são considerados críticos em razão de apresentarem taxas acima de 12 homicídios por 100 mil habitantes. Nesse conjunto, Araguaína (local onde surge esta reflexão) aparece na 15ª colocação, com 13,5 homicídios no período entre 2002 e 2016. Considerando esse contexto, nosso objetivo de trabalho é apresentar, tomando como referência os estudos sobre cidades e sobre as populações LGBTQIA+, uma contribuição teórica que ofereça suporte para a ampliação do entendimento do conceito de cidade-armário. Propomos uma contribuição epistemológica ao demonstrar que a cidade-armário, enquanto ambiente hostil aos LGBTQIA+, é pouco facilitadora da psiquê humana, funcionando como produtor e produto de ressentimentos, despersonalizando e desintegrando sujeitos.

Para cumprir o objetivo aqui colocado, este trabalho está dividido em seis partes. A primeira delas diz respeito a esta introdução que se encerra neste parágrafo. A segunda parte discute a epistemologia dos estudos sobre cidades, problematizando-as como espaços de hierarquização social e consequente exclusão. A terceira parte discute a literatura sobre as populações LGBTQIA+ e a cidade-armário como grupos e espaços resultantes das múltiplas violências físicas e simbólicas praticadas nas cidades, bem como dos contrapontos na perspectiva das resistências arquitetadas por esses grupos. A quarta parte considera os referenciais originados no campo da psicologia, especificamente na Psicanálise de Winnicott, que nos auxiliam a pensar sobre o ambiente social e as experiências que advém dele como facilitador da integração

mente-corpo ou como produtor de traumas. A quinta explora as relações entre ambiente facilitador, trauma e cidade-armário. Na última parte, expõe as considerações finais.

2 | EPISTEMOLOGIA E CIDADES: DESIGUALDADES E EXCLUSÃO

Ao final da década de 1960, Michel Foucault apresentava aquilo que denominou como método arqueológico, constatando “que cada época pode delimitar um campo de saber, denominado episteme, caracterizado por uma configuração que molda e torna possível todo discurso científico” (Foucault, 1995 apud Macedo; Vieira, 2019, p. 34). Resultante de distintas configurações de organização de grupos civis, reivindicações relacionadas à participação na constituição de propostas capazes de equacionar e de mitigar questões urbanas e de reconhecimento quanto às distintas formas de manifestação de afeto e de sexualidade foram estruturadas a partir da década de 1980 e resultaram em políticas públicas, no campo tanto da habitação quanto da proteção legal às manifestações dissonantes da heteronormatividade.

Lembremos que Foucault liga as formas de poder às relações sociais e que a heteronormatividade pode ser concebida como um conceito que tenta “governar” a sexualidade das pessoas, ditando normas a serem seguidas por todos:

Quando digo “o poder”, não digo absolutamente uma instância, uma espécie de potência que estaria oculta ou visível, pouco importa, e que difundiria sua influência nociva através do corpo social ou que estenderia sua rede de forma fatal. Não se trata de uma rede que aprisionaria cada vez mais a sociedade e os indivíduos. Não se trata disso. O poder não é uma coisa. O poder são relações. O poder são relações entre indivíduos, uma relação que consiste em que um pode conduzir a conduta do outro, determinar a conduta do outro. E determinada voluntariamente em função de uma série de objetivos que são seus (Foucault, 1981, grifo nosso).

Assim, o presente trabalho, ao propor uma contribuição teórica para o entendimento da noção de cidade-armário, parte da premissa supracitada ao pensar que a cidade se constitui como lócus de desintegração psíquica e de trauma enquanto contribuição teórica aos estudos da cidade-armário. Portanto, “trata-se de interrogar o solo a partir do qual determinadas coisas podem ser ditas, certos discursos podem aflorar e outros, não” (Ternes, 1995, p. 47).

A literatura que discute as cidades e, portanto, constitui sua episteme, apresenta percepções críticas quanto à unicidade conceitual ou mesmo à existência de conceitos hegemônicos capazes de defini-las. Discutir a cidade permite entendimentos referenciados em múltiplas possibilidades, pois, “considerando cidade como tema, inferimos que suas temporalidades resultam de concepção e usos diversos” (Leite; Pacífico Filho; Pires, 2021, p. 132). Abre-se, portanto, a possibilidade de questionamento do uso do próprio termo “cidade”, considerando as distintas configurações que com ele são nomeadas, pois “pode-se perguntar se ainda tem sentido de denominar ‘cidade’ os diversos fenômenos complexos que encontramos em diferentes contextos históricos e geográficos” (Vasconcelos, 2015, p. 22).

Para além de tal perspectiva e, ao mesmo tempo, complementando-a, trazemos à discussão o debate referenciado nos vários campos do conhecimento científico, ou seja, a afirmação da incompletude do conceito e suas diversas construções nas distintas áreas. Nesse sentido, observamos que “cidade é conceito incompleto capaz de se portar de maneira distinta em diversos campos investigativos” (Ultramari, 2019, p. 290). A cidade se permite ser objeto de diferentes abordagens: como um discurso a ser interpretado por semiólogos e semióticos, como arena de conflitos, como urbanismo de espetáculo, como lugar de reprodução de capital e de força de trabalho, conforme o que nos diz Maricato (2015).

A discussão que ora propomos se insere na perspectiva que questiona atribuições historicamente feitas às cidades, relativizando-as enquanto “matrizes civilizatórias, gerando, no âmbito da representação e da prática dos atores sociais, uma ‘noção da cidade’ como espaço de crise e conflitos sociais agudizados [...] promovendo a segregação social e espacial” (Ivo, 2010 p. 19).

Assim, reafirma-se a possibilidade interpretativa dos espaços urbanos enquanto contraposição de distintas visões de mundo, uma vez que sua constituição não é resultado somente daquilo que é “produzido em função das condições de reprodução do capital, mas também em função das condições de reprodução da vida humana” (Carlos, 2018, p. 84).

Portanto, ao discutirmos sobre a cidade, verificamos a possibilidade interpretativa que não atribui centralidade ao capital ou mesmo às condições para sua reprodutibilidade. Em contraposição, tomamos como referência a dimensão humana das cidades, pois “pensar o urbano significa pensar a dimensão do humano” (Carlos, 2018, p. 70). Perspectivamos nossa proposta de contribuição teórica às discussões acerca da cidade-armário, referenciados nas problematizações do urbano como construto que toma como parâmetro primeiro o humano e, portanto, as distintas formas de exercício cotidiano de demonstrações de tal condição, ou seja, pautadas no livre arbítrio e nas garantias que lhe devem ser oferecidas pelo aparato do estado moderno.

Nessa lógica, buscamos em Lefebvre (2006) a noção de espaço vivido para compreendê-lo como *lócus* do trauma para determinadas populações que não se inscrevem no *modus operandi* esperado, como são os LGBTQIA+. Pode-se, a partir de pressupostos científicos, conceber a noção de espaço de maneira segmentada, a saber, o espaço musical, o espaço social ou o espaço físico. Contudo, é o autor supracitado que nos proporciona noção em que os diversos elementos podem ser incorporados: “o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” (Lefebvre, 2006, p. 9). Tal integração permite sustentar a teoria social que une cidade-espaço e possibilita camadas sutis de leituras (Schmid, 2012).

As análises do espaço vivido com suas artimanhas de poder, hierarquias, historicidades e temporalidades, entre outros níveis possíveis, permitem demonstrar a interligação entre espaço-cidade-realidade. Lefebvre (2006) concebe o espaço como uma tríade, com temporalidades e estruturas diferentes, que são: espaço concebido, percebido e vivido. É nesse último que as representações da cidade armário se estabelecem. O primeiro é definido por relações de poderes que decidem o que será planejado e executado; para tanto, pode-se utilizar da ciência pelas vias da arquitetura ou das engenharias e tem como marca continuar perpetuando as desigualdades sociais. Exemplo de tal perspectiva é trabalhado

por Rodrigues e Borges (2023) ao interrelacionar os espaços da cidade, numa perspectiva de gênero, como arquiteturas do abandono e com constructos masculinos e heteronormativos, por não acolherem grupos sociais diversos. É o espaço da ordem instituída e do controle dos corpos sociais.

O espaço percebido é o da prática social visível e controlável. É da adequação ao concebido, é o espaço teatral: “o espaço de representação, mediatizado, mas vivido, envolvendo uma obra e um momento, efetua-se como tal no jogo” (Lefebvre, 2006, p. 260). Alves (2019) apresenta que o corpo no espaço concebido é normatizado e previsto e no espaço percebido é adequado ao prescritivo; apresenta como exemplo o mobiliário escolar concebido e padronizado independente das condições individuais dos discentes (concebido) e a adequação do aluno ou aluna ao que lhe foi projetado é o percebido. O espaço vivido é:

dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (Lefebvre, 2006, p. 66).

Só é possível entender o espaço pela tríade; nele as complexidades se estabelecem produzindo sentidos para a sociedade, que vão de complementariedades a grandes embates. É ainda, segundo Alves (2019), na dimensão do vivido que as práticas sociais podem ser revolucionárias, subvertendo a ordem do espaço concebido: “estaria ligada ao lado clandestino e subterrâneo da vida social” (Alves, 2019, p. 558), porém “pequenas subversões, mas sem ter força suficiente para uma mudança revolucionária” (Alves, 2019, p. 560).

Vejamos que a tríade do espaço – concebido, percebido e vivido – não se trata tão somente da produção do espaço real e físico, mas das representações desse espaço, da cultura envolvida e dos jogos de poder estabelecidos. Mesmo no caso do espaço concebido, que pode ser uma produção real arquitetônica, como um monumento ou um prédio, ainda assim ele é representativo de um viés ideológico e pode ser utilizado para incluir ou excluir grupos sociais; por exemplo, Veraszto (2004) cita a construção das pontes de Long Island, em Nova York, com apenas três metros de altura, que impossibilitava que ônibus com a população preta e pobre alcançasse as praias destinadas aos mais ricos e brancos. É nas tensas forças estabelecidas na tríade que o espaço se faz nas representações da cidade e, por conseguinte, do armário.

A analogia com o armário, objeto doméstico cuja finalidade primeira é proteger da vista aquilo que se quer preservar, que não se quer à mostra, vincula-se à perspectiva interpretativa à qual nos filiamos e que lê a cidade enquanto emissora de “sinais evidentes da existência das forças mutiladoras do sujeito. Essa condição de não sujeito revela-se nas formas segregadas através das quais o urbano se manifesta no plano vivido” (Carlos, 2020a, p. 43). Contrapõe-se à noção dos espaços concebidos para o sujeito em suas diversas manifestações a proposição da cidade como mercadoria, como algo a ser vendido via *city marketing*. Tal perspectiva se apresenta como “uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (Vainer, 2013, p. 78). Trata-se de construir uma imagem asséptica da cidade, objetivando atrair, sob discursos de organização, obras em andamento

e oferta de novos espaços imobiliários, investimentos e fluxos turísticos (Souza, 2008). Essa noção de cidade como mercadoria a ser vendida propõe uma quebra de paradigma na relação entre capital e espaços urbanos; quando a cidade oferece dinâmicas para “reproduzir não mais as condições necessárias para a acumulação do capital no espaço urbano, mas reproduzir diretamente o capital por meio da produção do espaço urbano” (Carlos, 2020b, p. 8, grifo da autora).

Resulta da cidade mercadoria espaços públicos concebidos para determinados perfis de cidadania e, ao discuti-los na contemporaneidade, Serpa (2020) afirma ser necessário problematizar a existência ou não de condições capazes de viabilizar representações públicas das distintas aspirações privadas. Podemos inferir que se os espaços públicos refletem desigualdades de usos e que se igualmente nesses espaços determinados perfis de população estão mais vulneráveis a múltiplas violências, “as formas urbanas têm o grande efeito de regular, modelar, reprimir ou potenciar as ações e práticas dos atores” (Veras, 2018, p. 35).

Observamos, dessa forma, a intencionalidade na construção dos espaços intraurbanos, produto de visões de mundo potencializadoras de conflitos em razão de sua estruturação, que desconsidera leituras republicanas, humanistas e igualitárias de usos das cidades. Tais espaços resultam da ação de agentes portadores de “estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 2019, p. 43). Ao problematizar questões similares, Carlos (2019) propõe a substituição da noção de espaço urbano produzido por entender que este faz menção a algo estanque das dinâmicas sociais por reprodução do espaço, que, consoante a autora, implica em relações de interação e contraposição entre o capital, o poder e a vida humana. Sendo assim, a reprodução do espaço, parametrizada por relações que contrapõem a vida como referência primeira às dinâmicas próprias de produção do capital, justifica a correlação estabelecida entre a cidade mercadoria e a cidade-armário.

3 | O ARMÁRIO, MOVIMENTOS DE CONTRAPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIAS EM DISTINTAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

A epistemologia do armário se constrói a partir de experiências cotidianas individuais e coletivas, pois toma como referência a observação permanente de contextos, cálculos, riscos e potencialidades de estabelecimentos de vínculos e inserções sociais. Tais circunstâncias de abrir-se ou esconder-se socialmente, para os LGBTQI+ (nosso grupo em análise), em situações da vida real, tomam forma como nos mostra Sedgwick (2007, p. 22):

[...] cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição.

Essa perspectiva de vigilância e observação, também entendida aqui como uma forma de poder, institui-se como resultante da sobreposição de dois vetores estruturantes da discriminação às populações LGBTQIA+, a saber, o patriarcado e

a heteronormatividade; são resultantes do espaço concebido e percebido. Sendo assim, “a figura do armário é colocada como um ambiente necessário à preservação da privacidade das pessoas consideradas desviantes da norma sexual: o que não é norma deve ser ocultado, uma vez que representa risco à ordem sexual vigente” (Carvalho; Macedo Júnior, 2017, p. 109).

Um desses vetores, quando associado ao binarismo, assume lugar de evidência na estruturação da figura do armário, pois é “a heteronormatividade que funda os espaços urbanos baseadas em binarismos, sendo que homem e mulher são o ‘normal e lícito’, enquanto a homossexualidade/transexualidade é o ilícito, deixando o ilícito dentro do armário” (Silva; Canabarro, 2022, p. 6). Cabe dizer também que tal estruturação de relações sociais é resultante de contraposições, de um *continuum* de organização de segmentos significativos da sociedade civil para a publicização de debates inerentes às reivindicações das populações LGBTQIA+, pois deriva dessas lutas uma perspectiva de resistência e contrapontos atribuídos à cidade-armário que também podem ser lidas como não somente “um termo para designar o apagamento das sexualidades e identidades de gênero desviantes ao moralmente aceitável, mas uma denúncia à invisibilidade que legitima a violência” (Carvalho; Macedo Júnior, 2019, p. 146).

A discrepância entre a estruturação de políticas públicas e as violências observáveis para e contra as populações abordadas nos permitem entender tal relação como mais uma variável da chamada crise urbana contemporânea. Mello, Brito e Maroja (2012) referenciam uma série de políticas públicas resultantes da atuação daquilo que nomeiam como movimento organizado e que resultam em iniciativas governamentais que se iniciam com a criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, no ano de 2004, bem como a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010. O BSH significou avanços para a população, contudo, na passagem para o segundo mandato do governo Dilma Rousseff, as pressões conservadoras foram mais fortes e o programa foi cancelado. Vemos a partir daí retrocessos na política pública que podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1: síntese das Políticas Públicas para população LGBTI+

Ano	Propostas políticas
2004	Lançamento do Programa “Brasil sem Homofobia”
2005	Considerando como referência a LOA (Lei Orçamentária Anual) legislada em 2005 e implementada em 2006 foram normatizadas ações orçamentárias específicas para população LGBTI+
2008	É realizada a 1ª Conferência Nacional GLBT, legitimada pela presença do então presidente da república
2009	Enquanto resultado da 1ª Conferência Nacional é lançado o Plano Nacional LGBT, fixando responsabilidades e prazos para conclusão das ações
2011	Ampliação da FPE – Frente Parlamentar Evangélica
2015	Exclusão da ação orçamentária para políticas LGBTI+
2016	Realização da 3ª Conferência Nacional LGBT. Pouco após o encerramento do evento é assinado decreto sobre o uso do nome social na administração pública federal sob o número 8.727 de 28 de abril de 2016
2019	Início da gestão federal marcada por significativos retrocessos. Renomeação do MDH para MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Exclusão da ação orçamentária exclusiva para políticas LGBTI+. Revogação da 4ª conferência nacional
2021	Fechamento do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT

Fonte: Organizado a partir de Pereira (2022).

Houve uma piora significativa das políticas para o público em questão com a entrada de um governo de ultradireita em 2018 que resulta na quase ausência de ações de prevenção e cuidado dos LGBTI+. Com a eleição no âmbito federal de um presidente de esquerda em 2022, constitui-se a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e espera-se que ocorra a restauração de diversos projetos e ações em prol dessa população.

Os índices de violência que perpassam a sociedade brasileira e sua segmentação para as populações LGBTQIA+ são discutidos em Mendes e Silva (2020). Para esses autores, a violência contra esses grupos deve ser tratada como um grave problema de saúde pública, pois consideram que mortes resultantes de motivos externos e causadas por violência e agressão intencionais inserem nosso país como aquele que apresenta o maior número absoluto de homicídios no mundo. Ao discutir a violência, saúde e direitos das populações LGBTQIA+, Duarte (2018) busca a perspectiva da ação organizada e o que resulta desse estado de vigilância reivindicatória é a solicitação de proteção à vida por parte do Estado.

A conquista de espaços intraurbanos é apontada na literatura e demonstra a consequente constituição de lugares capazes de abrigar livres manifestações públicas de afeto e orientadas por diferentes visões de mundo. É isto que nos apresenta Campos, Silva e Ornat (2011) ao realizarem estudo que definiu recorte com nove espacialidades, sendo elas quatro bares e cinco boates, o que lhes permitiu afirmar que a cidade de Curitiba/PR conta hoje com uma noite LGBTQIA+ bem diversificada. Também o carnaval de rua em Belo Horizonte/MG é discutido por Nogueira e Gonçalves (2021) como possível espaço a ser apropriado pelos grupos LGBTQIA+. Isso na perspectiva da resistência, em um trabalho que

problematiza “vivências do espaço público pela comunidade LGBTQ+ [...] como espaço transformado da experiência urbana ao subverter as dinâmicas de poder heteronormativas” (Nogueira; Gonçalves, 2021, p. 313).

Ressalta-se que essas duas últimas pesquisas citadas, em Curitiba e em Belo Horizonte, não discutem a possibilidade desses espaços (bares e boates) e tempos (o carnaval) funcionarem como guetos – espaços oficialmente tolerados para a manifestação do homoerotismo, ficando apartados dos demais espaços, onde supostamente se tem liberdade. Conforme exposto por Toneli e Perucchi (2006, p. 46)

[...] a aceitação do homoerotismo restrito aos guetos e a segregação cada vez mais explícita desses territórios por parte daqueles que não o frequentam; e, de outro lado, um preconceito às avessas que insiste em confirmar-se como baluarte de uma liberdade restrita, vigiada e permitida apenas em determinados espaços.

Contudo, salienta-se que esses espaços e tempos somam-se a outras conquistas e outros avanços em áreas distintas e que se materializam em pautas como “a discussão sobre casamento igualitário, criminalização da homofobia e o emprego do nome social por sujeitos transexuais e travestis” (Wisniewski, 2020, p. 5).

Pesquisas sobre as vivências cotidianas das populações LGBTQIA+ em espaços urbanos caracterizados como cidades pequenas, cidades médias, metrópoles ou mesmo espaços fora das capitais demonstram significativas questões que demandam interferências de naturezas diversas por parte do poder público, bem como sua publicização. Sousa (2020) estudou as experiências de homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens nas cidades de Alfenas/MG e Mococa/SP, conceituadas no referido trabalho como cidades pequenas. Ao propor uma etnografia da duração, o trabalho supracitado apresenta como resultado a importância da assimilação de vivências e trajetórias das experiências construídas pela população estudada como variável a ser considerada para se pensar as cidades. Também referenciado numa cidade pequena, Realeza/PR, Martins (2017) propôs estudo cujo objetivo foi verificar como homossexuais de cidades pequenas e zonas rurais experienciaram processos de normatização, resistência, sujeição ou submissão à heteronormatividade.

Vasconcelos e Costa (2018), ao pesquisar percursos e vivências LGBTQIA+ na cidade de Quixadá/CE, parte de números que lhe permitem afirmar que o Nordeste é a região mais homofóbica do Brasil, pois abriga 28% da população brasileira e concentra 43% das mortes para a população estudada. Isso de acordo com o Relatório de Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil de 2013. O estudo supracitado conclui que a cidade, portanto, representa perigo para as pessoas cujos gêneros e práticas sexuais são dissidentes. Na Região do Cariri, interior do Ceará, mais precisamente nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato, Albuquerque, Parente, Belém e Garcia (2016) estudaram a violência psicológica contra a população LGBTQIA+ e consideraram que as agressões nos planos verbal ou gestual objetivaram rejeição, restrição de liberdades ou isolamento desses grupos do convívio social. Foram coletados dados nos eventos intitulados Parada

Gay nos municípios supracitados do interior do Ceará e alcançado o número de 316 participantes. Como resultado, 77,5% dos respondentes mencionaram agressões verbais à distância como o principal perfil de violência psicológica sofrida.

4 | O PAPEL FACILITADOR (OU NÃO) DO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

As premissas propostas neste trabalho recorrem aos conhecimentos desenvolvidos pelo psicanalista inglês Donald W. Winnicott (1886-1971), pós-freudiano, que ampliou as discussões, entre outras noções, sobre o papel do ambiente como primordial no desenvolvimento, demonstrando que apenas o estudo do sujeito individual não fornece bases suficientes para a compreensão da ontogênese humana, sendo necessário olhar também para o entorno em que vive o sujeito e as características dos cuidados que recebe.

Se a dependência realmente significa dependência, então a história de um bebê individualmente não pode ser escrita apenas em termos do bebê. Tem de ser escrita também em termos da provisão ambiental que atende a dependência ou que nisso fracassa (Winnicott, 1975, p. 102).

O autor chamou de dependência absoluta a situação posta no início da vida, na qual o bebê é totalmente dependente do ambiente e do cuidador, pois sem ele o bebê não consegue se organizar, aquecer, alimentar, enfim, nem sabe como buscar acolhimento. Caso o ambiente seja um provedor adequado e atenda às necessidades da criança, essa dependência caminhará, aos poucos, rumo a uma independência, que é caracterizada como o estabelecimento de relações com objetos externos pautados pelo princípio da realidade.

Para que o ambiente atenda às necessidades de desenvolvimento humano, deve haver uma “mãe suficientemente boa”, pois é ela que sustenta o ambiente facilitador que acolherá as demandas, frustrações e amparará o bebê nos seus mais diferentes matizes físicos, emocionais e relacionais. Para tanto, é necessário se colocar com o mínimo de resistência possível às necessidades do bebê, já que ele não distingue entre si e o outro (Mizrahi, 2010).

Para sustentar a função de “mãe suficientemente boa” é necessário ter *holding*, *handling* e a apresentação de objetos. O primeiro, *holding* ou sustentação, ou manejo, refere-se ao padrão empático que permite entender e sentir o bebê oferecendo um conjunto de comportamentos afetivos que se expressam no cuidado cotidiano da criança. Atividades como alimentar, banhar, acalantar e conversar garantem à criança o ambiente propício para o desenvolvimento. Assim, a subjetividade em pleno nascimento é o espelho do cuidado materno que garante uma experiência já digerida e pouco resistente.

Tudo isso é muito sutil, mas, ao longo de muitas repetições, ajuda a assentar os fundamentos da capacidade que o bebê tem de sentir-se real. Com esta capacidade o bebê pode enfrentar o mundo ou (eu diria) pode continuar a desenvolver os processos de maturação que ele ou ela herdaram (Winnicott, 2012a, p. 5).

O *handling* diz dos cuidados físicos com o bebê, é o contato direto, a relação pele-a-pele. É através dele que se constituem as bordas psíquicas e a noção de eu-outro. É por essa função que se estabelece a relação entre a vida psíquica e o esquema corporal. “Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas um manejo desamoroso, ou impessoal, fracassa em fazer do indivíduo uma criança humana nova e autônoma” (Winnicott, 1975, p. 172). “Se o manejo (*handling*) é confiável e oferece sustentação (*holding*), então o indivíduo pode vir a reconhecer-se como uma unidade” (Mizrahi, 2010, p. 70). Essa primeira fusão bebê-ambiente é primordial para as relações futuras, posto que só se percebe como diferente do mundo se um dia fez parte inequívoca dele.

A terceira função, a apresentação dos objetos, refere-se a caber a uma mãe suficientemente boa apresentar objetos de satisfação substitutivos, ou seja, é ela que apresenta o mundo e oferece objetos que a substituam, permitindo a constituição de objetos relacionais.

Para Winnicott, um ambiente facilitador auxiliará na constituição de um ser saudável, criativo e autônomo. Por outro lado, se o ambiente não cumprir com seu papel, pode surgir um falso *self* como reação ao que foi ofertado, constituindo estruturas psíquicas defensivas. Em nossa perspectiva, a cidade-armário funciona como um objeto duro, inflexível, que pouco exerce *holding* a uma pessoa cujas características de gênero e sexualidade não atendam ao padrão heteronormativo.

A noção de ambiente facilitador oferta a ideia de que a subjetividade é amparada pelo meio social e não deve ser vista como antagonista. Sendo assim, a força vital se constitui e se retroalimenta no encontro com o outro e com a alteridade. Relaxamento e tensão se fazem como constituintes humanos nas relações sociais e se apresentam como inerentes a ele. Portanto, o ambiente facilitado nessa toada não pode ser nem totalmente coercitivo, nem excessivamente permissivo. Isso para que a força vital consiga encontrar caminhos que sejam criativos. Winnicott “supõe uma noção de vitalidade individual – que inclui também a sexualidade – como sendo uma agressividade que não ameaça a vida coletiva, mas, ao contrário, lhe serve de sustentação” (Mizrahi, 2010, p. 62). Ele superou conceitualmente a ideia de forças psíquicas avassaladoras, como a pulsão de morte (Freud, 1996), que devem ser contidas sob pena de riscos sociais e que, por conta disso, explicam a necessidade do biopoder sobre os corpos e a sexualidade.

Martins (2010, p. 10) apresenta em Winnicott uma visão de resistência “como contenção do ambiente ao bebê e ao indivíduo e contra resistência criativa do bebê e do indivíduo aos estímulos de contenção do ambiente”, ofertando “uma concepção de subjetividade formada necessariamente pela interação social com o ambiente”. Aqui o ambiente recebe importância definitiva na determinação da constituição subjetiva dos sujeitos sociais, isso se o ambiente for facilitador e acolher de forma adequada o ser humano. Dessa forma, esse indivíduo conseguirá se inserir de forma criativa e saudável na cultura. Assim, “o que passa a ganhar importância são as referências facilitadoras e os ambientes acolhedores, familiares, mas também sociais e políticos” (Martins, 2010, p. 11).

Na ótica winnicottiana, vemos que a gênese do psiquismo está nas relações sociais e no seu ambiente facilitador, o que oferece implicações políticas com relação ao ambiente físico, relacional e social, mais precisamente das cidades nas

quais vivemos. A força vital que se manifesta via criatividade, sexual ou não, não deve ser vista nessa ótica como oposta às sociais, mas como tensões necessárias à constituição subjetiva (Mizhari, 2010).

É no encontro com o ambiente facilitador que ocorre a integração e personalização psíquica. A subjetividade nascente permite superar a não integração típica do começo da vida, dando noção de unicidade no corpo-espaço-tempo e sentido às experiências. Um ambiente não facilitador pode deixar espaço para uma não integração psíquica, o que reverbera em diversos problemas; ou pode dar espaço para a desintegração psíquica, uma fragmentação da experiência como reação protetiva à invasão subjetiva (Winnicott, 2011; 2012b). A personalização, por sua vez, integra a percepção de que se habita o próprio corpo, pois corpo (somático) e mente (psiquê), para serem indissociáveis na experiência subjetiva, dependem, de forma decisiva, do ambiente facilitador.

A continuidade do ser depende, assim, dessa possibilidade de os cuidados permitirem uma experiência que acolha e tensione na medida certa, bordeando ao mesmo tempo em que se diferencia do outro, sustentando uma subjetividade. Contudo, existem obstáculos ambientais que se configuram como resistências excessivas e que produzem níveis crescentes de desamparo. Uma falha na integração pode gerar um voltar-se para si de forma narcísica como maneira de sustentar, de forma isolada, aquilo que faltou.

Mizrahi (2010) aponta que as diversas e infinitas exigências da contemporaneidade podem produzir experiências recorrentes de desintegração de si, gerando um individualismo exacerbado como forma de proteção do *self*. Ainda, cabe ressaltar que, mesmo estabelecida a integração e a personalização, se o ambiente for desfavorável, tais aquisições podem se perder.

Falhas na personalização também geram um descompasso entre mente e corpo que passam a funcionar desconectados, a mente passa a funcionar de forma acelerada pela necessidade de compensar o que furou e se desliga da experiência corporal (Mizhari, 2010, p. 72).

Para Winnicott, o trauma é resultado de falhas nesses processos relacionais com o ambiente durante o caminho da maturação psíquica e/ou da despersonalização emocional (Moreno; Coelho Junior, 2012). Além disso, as condições do trauma dependem do momento de maturação que vai da dependência absoluta até a independência.

Baseado em Winnicott (1983), Fulgêncio (2004) apresenta tipos de trauma a partir do momento que se estabelece: (i) o mais grave acontece ainda antes da constituição psíquica, impedindo-a de se formar e produz uma completa desorganização de si mesmo e espaço-temporal; (ii) quando o bebê precisa sair da onipotência completa e começar a alçar autonomia nos espaços deixados pela mãe, ou seja, é preciso falhar na relação, produzindo hiatos a serem ocupados pelo sujeito, e se a mãe não conseguir isso, instala-se um trauma; (iii) considerando que a criança já adquiriu uma maturação psíquica como resultado de um bom ambiente facilitador e de uma mãe suficientemente boa, pode ocorrer uma falha que gere problemas em relação à confiabilidade no ambiente e uma necessidade de atacar, na tentativa de resgatar o que foi perdido, gerando atitudes antissociais e a perda da esperança e confiança; (iv) já estabelecida a integração, personalização

e o *self* verdadeiro, a pessoa pode ser traída/ferida nas relações; (v) “focado ainda na questão da continuidade de ser, Winnicott dirá que o trauma é um tipo de ‘destruição da pureza da experiência individual’ causada por uma invasão ‘súbita ou imprevisível de fatos reais’” (Fulgêncio, 2004, p. 266).

Para todos os tipos de trauma, o que interessa é a confiabilidade no outro como facilitador, visto que o ser surge do cuidado empático e afetivo do ambiente (*holding*) e de sua capacidade de contenção das demandas (*handling*). Sendo o ambiente emocional responsável por tanto, como se constituem aquelas pessoas cujos corpos e desejos se apresentam de outras formas que não as normativas?

Concebendo a cidade como o lócus maior das relações do ambiente relacional, o que ocorre quando essa não facilita as produções subjetivas? Pior, a cidade-armário pode funcionar como fonte de trauma?

5 | CIDADE-ARMÁRIO E TRAUMA: UMA CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Ao adotarmos a noção de trauma winnicottiana, concebida como uma fissura ou quebra na relação com o ambiente que se mostra pouco (Fulgêncio, 2004, p. 263), pretendemos desenvolver noções básicas para pensar o que passa com um ambiente refratário aos modos de ser e viver, como se apresenta no contexto urbano às populações LGBTQIA+. Assim, o estudo das condições ambientais, no caso das cidades, torna-se primordial para pensarmos em como a noção do trauma está intrinsecamente vinculada ao conceito de cidade-armário desenvolvido por Carvalho e Macedo Júnior (2017).

A cidade do trauma ocorre no espaço vivido como resultantes das confluências de forças estabelecidos na tríade concebido-percebido-vivido. O trauma resulta justamente da impossibilidade de metabolização psíquica de experiências pessoais ou coletivas que se chocam com o concebido e a impossibilidade de se adequar a ele; o espaço concebido não produz a junção de características necessárias à manutenção da psiquê e os restos não elaborados retornam para o espaço vivido na forma de sofrimento, mal-estar, adoecimento, agressividade e/ou outras formas de expressão da mente. Simmel (2005), sob influência de Freud, escreve que alterações na cidade produzem correlatos na vida psíquica do sujeito, e Leitão (2013, p. 469), ao estudar Simmel, expressa que “compreender a cidade como coisa humana implica reconhecê-la também como um fenômeno marcado pela subjetividade que caracteriza tudo que é humano”. Vemos, assim, um reconhecimento do papel da cidade como produtor e produto de subjetividades imbrincados a partir de sua formação histórico-social e resultantes das múltiplas interações.

Posto isso, podemos pensar o espaço urbano como aquele que tanto se estabelece como produto quanto como produtor do trauma que se manifesta nas fissuras da sociabilidade de grupos mais vulneráveis, aqui representadas pela metáfora da cidade-armário. Não adianta ter tido as condições de constituição subjetiva no começo da vida se os fatores traumáticos relacionados à confiança com o ambiente podem gerar grandes despersonalizações em qualquer idade. “Naturalmente, quanto maior a dependência, mais a confiabilidade torna-se crucial. A ausência ou a quebra das condições de confiabilidade resultam necessariamente em trauma” (Dias, 2006, p. 2). Dois momentos específicos da

vida sabidamente nos levam a grande dependência, a saber: a infância e a velhice. Além destes dois momentos, muitos outros também podem produzir um efeito traumático, dependendo das contingências.

Percebemos que a cidade-armário é a mesma que não acolhe a criança e nem o idoso, por se concentrar em produzir espaços que abrigam homens brancos, de meia idade e heterossexuais, em outros termos: cidades-machistas, pois “nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto” (Kern, 2021, p. 29). Como cidades marcadamente machistas e atravessadas pela lógica neoliberal, essas afetam não somente os LGBTQIA+, mas todos que fogem desse padrão ou que não se adequam aos limites impostos; mais ainda, para Dardot e Laval (2016, p. 16), no neoliberalismo “o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”. Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) apresentam como o neoliberalismo se utiliza da gestão do sofrimento psíquico como forma de controle, despolitizando-o e medicalizando-o; Dunker (2015) compreende também a necessidade que a sociedade tem de criar muros, como sintoma social de um sofrimento. Ele aponta que Machado de Assis, no conto *O Alienista* (2010), foi o primeiro a pensar uma cidade ou o Brasil com muros; o personagem principal da história, um médico/psiquiatra, queria internar todos os loucos/desviantes e purificar o espaço público. O muro, como aquele que enquadra, separa e opera pela exclusão do outro, produto e produtor de traumas.

Pois bem, interessa-nos aqui, principalmente, o quinto tipo de trauma, aquele que ocorre de uma situação real grave e repentina, num momento em que o sujeito já se constituiu. Tal fato fere profundamente o sujeito e pode, inclusive, provocar algum tipo de paralisia momentânea, mas a reação esperada pode ser a desesperança com a vida e o retorno com o ódio ao objeto.

Mesmo quando uma pessoa teve um bom começo e tem bem estruturados os fundamentos da personalidade, pode acontecer, em qualquer idade, uma tal situação de decepção, ou uma sobrecarga de decepções, que “a pureza da experiência individual” fica prejudicada, resultando, não em aniquilamento, mas em amargor, ressentimento e quebra genérica de confiança na “humanidade” (Dias, 2006, p. 4).

Nesses casos, projeta-se para fora o ódio e as relações se estabelecem a partir desses parâmetros, culminando em adoecimento, o que impede o sujeito de realizar novos encontros e projetos de devir humano. A cidade-armário denota o espaço onde os encontros são incertos e se qualificam como lugar do medo, que se retroalimenta da invisibilidade da violência ao público LGBTQIA+.

A cidade-armário não é a cidade da democracia, nem da coletividade, pois tais qualificativos são para uma parcela da população que se adequa ao padrão social heteronormativo imposto. A cidade fossiliza-se na “aparência concreta do espaço”, onde o poder dos papéis de gênero se “baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano típico [...] esse cidadão é um homem” (Kern, 2021, p. 55).

A cidade-armário normaliza a construção de espaços públicos e privados, ratificando determinadas características de cidadão modelo e torna-se avessa a outros tipos de cidadãos. Bares, restaurantes, shoppings, praças, parques

são compreendidos como lugares de encontro e, como tal, de manifestação de determinados afetos, desde que sejam aqueles pautados na chamada família tradicional. Assim, a cidade se torna o lugar de interdito absoluto aos corpos que não conversam com esse padrão moral conservador de família e de desejos que escapam à norma, viabilizando/autorizando a violência social. Tal constructo define o espaço que exclui determinadas sexualidades e gêneros e instala o medo como naturalizado socialmente.

Faria (2022, p. 1), após descrever sua fuga e de sua parceira nas ruas de Belo Horizonte sob ameaças, depois da vitória do ex-presidente Jair Bolsonaro (que disse que “essa pouca-vergonha acabaria”) nas eleições de 2018, descreve: “corremos, juntas e aterrorizadas, mas quando se vivem violências quase diariamente em espaços públicos e privados, parece que a gente se acostuma a domar o medo.” Tomamos essa citação como um diagnóstico perfeito do ambiente relacional apresentado pelas cidades-armários às pessoas que conseguem, sabe-se por quais vias afetivas, firmarem-se e constituírem-se em suas singularidades. No entanto, tais indivíduos precisam a todo custo (re)fazer-se cotidianamente, pois o ambiente se mostra inflexível ao seu ser; *holding* e *handling* desaparecem e a chance de abalos psíquicos é permanente.

Vemos aí que o que seria um ambiente facilitador se apresenta de forma perigosa, gerando medo e insegurança e provocando alterações nas formas de ser. Não é a desintegração psíquica total que está em jogo, posto que já foi estabelecido nas relações primárias, mas a instalação de ressentimento e de ódio, produtor também de trauma e de aniquilamento emocional. O espaço vivido como trauma é também o mesmo das lutas por reconhecimento e por direitos sociais; espaço também da constituição da identidade que se (re)faz no jogo de tensões que resiste à coisificação dos laços afetivos e do consumismo e que se firma via artes, movimentos sociais, paradas de resistências etc. (Tanis, 2009).

Assim, a cidade-armário, pensada como constructo que elucida o espaço social proibidor de sexualidades e gêneros e da potência criadora da diversidade, também é a mesma que precisa incorporar, em sua episteme, o seu papel na dialética da formação humana. É este tipo de cidade que serve como ambiente pouco ou nada facilitador dos processos psíquicos individuais e coletivos e que, por vezes, produz traumas. A cidade-armário, enquanto conceito, ganha, portanto, mais uma faceta: é o lócus do trauma, na dupla face de produzir e abrigar corpos traumatizados no espaço público e coletivo.

A teoria winnicottiana trabalha com o valor da experiência postas nas relações ambientais, pois é a experiência que garante o devir humano e a liberdade de ser. Mesmo depois de conquistada e estabelecida, a liberdade pode ser perdida. Estamos a falar de uma despersonalização psíquica em função de um ambiente que, para além de não ser facilitador, é agressivo. Produz-se o “aprisionamento da liberdade” e a “incapacidade de exercer a singularidade humana” (Belmont, 2008, p. 11). Para qualquer indivíduo, tal ambiente hostil seria gerador de adoecimento, ainda mais para aqueles que precisam se reinventar e se encontrar numa sociedade que não oferece modelos identificativos como forma de fortalecer devires.

No quadro a seguir propomos alguns interditos produzidos pela e na cidade-armário que podem se constituir como produtor de traumas:

Quadro 2: Interditos da cidade-armário

Interditos psíquicos da cidade-armário	Interditos físicos da cidade-armário
Expressões bi-corporais de afeto (beijos, carinhos, pegar na mão)	Banheiros como espaços normatizadores
Expressões corporais dissonantes com o corpo biológico	Músicas e espaços machistas e heteronormativos
Afirmações identitárias de comportamento (vestimenta, maquiagem etc.)	Olhares e desvios do olhar
Possibilidades de existir fora dos padrões heteronormativos	Violências e mortes

Fonte: organizado pelos autores.

Chamamos de interditos psíquicos aqueles em que a constituição do ambiente leva ao barramento de expressões de si e com o outro que limitam a manifestação livre da sexualidade; e de interditos físicos aquelas marcações no social que determinam o que participa ou não do campo estabelecido. Temos que lembrar que as grandes reformas urbanas no Brasil foram realizadas em nome do higienismo, da saúde e da biologização corporal, ou seja, naturalizou-se nos espaços sociais a normatização dos corpos. Faria (2022, p. 2) expõe:

[...] percebo que quanto mais amarras eu desfaço com o campo da feminilidade, mais olhares julgadores e atentos eu recebo nos espaços públicos. Nosso corpo é materialidade, mas também é imagem de desvio ou de reforço das normas de gênero.

Ainda, Faria (2022, p. 2) lembra-nos que para as pessoas LGBTQIA+ nem a casa, nem o espaço público acolhem, pois elas se desviam da “norma” e do “esperado”: “o espaço privado não é acolhedor e não oferece segurança, tampouco é possível apropriar o espaço público com liberdade”. Vemos, assim, que o ambiente facilitador doméstico também é atravessado pelas questões sociais da cidade e responde como tal. Não ter lugar, não ter lar, nem lugar algum é o que se produz enquanto constituição do espaço social na chamada cidade-armário. E isso é retratado na idade média de vida dos trans (27,7 anos), das lésbicas (28 anos), dos gays (38,1 anos) e dos bissexuais (42,6 anos) (Oliveira, 2018).

Os espaços de interditos psíquicos e físicos da cidade-armário denotam representações e materializações das forças que se constituem no campo da tríade do espaço. Tomando como referência Guimarães (2020), que, de posse das ideias lefvrebianas, propõe a noção de “direito à cidade psíquica”, ele menciona que esta consiste na viabilidade de poder usufruir do próprio desejo na composição e recomposição das cidades. Num processo dialético, interessa aqui, para fins de proposição, a escolha “pela relação mútua entre a paisagem que nos precedeu e a forma como nos representamos e nos transformamos ao modificar essa paisagem, criando, assim, o espaço vivido, autoral, autêntico” (Guimarães, 2020). Desta forma, a compreensão dos conflitos e a impossibilidade das vivências múltiplas de ser humano funcionam como produtoras de efeitos que se materializam em

sociabilidades fraturadas, ressentidas e adoecidas. Contudo, ressaltamos que as contradições do próprio espaço como capitalista, torna difícil visualizar a superação das estratificações e das hierarquizações na cidade mercadoria (Lefebvre, 2006).

Lefebvre (2006) reconhece a existência do inconsciente e de seu papel na compreensão do espaço, apesar de entender que somente a sua leitura seria reducionista.

Existem, entretanto, estruturas, existe o “inconsciente”, o desconhecido da consciência tomaria seu justo lugar nesta pesquisa. Se, por exemplo, afirma-se que toda sociedade e especificamente a cidade tem uma vida subterrânea e reprimida, portanto um “inconsciente”, o interesse pela psicanálise em declínio irrompe (Lefebvre, 2006, p. 63).

A Psicanálise se especializou em escutar as pessoas e, através delas, é possível escutar o lugar. Pelos efeitos que a paisagem e a historicidade exercem em cada sujeito, é possível aceder ao espaço vivido que ora é produto e ora é produtor de sociabilidade. “O lugar é uma fala que se expressa nas dinâmicas da vida e nos conflitos dos sujeitos” (Guimarães, 2020). A cidade-armário é aquela que produz repetidas violências simbólicas (e até físicas) e, como tal, é produtora de trauma, podendo configurar-se como a identidade coletiva de um grupo (no caso, os LGBTQIA+), gerando alterações nos laços sociais e funcionando como o que Seltzer (1997) chama de “esfera pública patológica”.

O trauma como delimitador do campo do vivido oferece elementos fundantes para compreensão de cidade, dos tipos de sofrimentos e das impossibilidades de lidar com o indizível das ações perpetradas pelos poderes socialmente legitimados. Schmid (2012, p. 103) esclarece que, para Lefebvre, “sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo”.

As cidades são expressão e receptáculos de sistemas simbólicos e isso se estabelece na tríade do espaço (Lefebvre) através das relações vinculares (Winnicott), como podemos verificar no quadro 3:

Quadro 3: Encontros epistemológicos entre Winnicott e Lefebvre

Winnicott	Lefebvre	Encontros epistemológicos
<i>Holding e handling</i>	Ocorre no espaço vivido	É a preparação do ambiente (Winnicott) no acolhimento que ocorre no espaço vivido e relacional. O primeiro refere-se ao continente simbólico e à sustentação do corpo, enquanto o segundo ao continente e ao manejo do corpo
Trauma	Ocorre no espaço concebido e percebido	As relações de poder que moldam o espaço concebido e a impossibilidade de se adequar a ele (espaço percebido), a partir das modulações do corpo que se submete e se encaixa no esperado, são geradoras do trauma
Cidade psíquica	Espaço como tríade	Direito à cidade psíquica se estabelece na tríade do espaço lefebvriano. A cidade psíquica ocorre nas filigranas das configurações vinculares e nas forças subjetivas que aí se estabelecem
Ambiente facilitador	Espaço como tríade	As configurações subjetivas somente se desenvolvem no espaço relacional das interações humanas. Aquilo que se projeta no espaço construído e simbólico permeia o ambiente facilitador formador do humano

Fonte: organizado pelos autores

O quadro 3 mostra alguns possíveis encontros epistemológicos entre Winnicott e Lefebvre, objetivando demonstrar que os elementos constitutivos da psiquê humana se estabelecem no jogo estabelecido na tríade do espaço lefebvriano. Ter um ambiente facilitador, onde ocorrem os processos de continência nas relações, podem resultar numa cidade psíquica saudável; por outro lado, a impossibilidade de colocar o corpo na lógica social heteronormativa (dos espaços concebidos e percebidos) produz traumas sociais. Falhas diversas ocorridas no tecido social-urbano da cidade psíquica e a impossibilidade de gerar pequenas transgressões no espaço vivido fabricam traumas e trazem prejuízos importantes à condição individual e social. “Para tais pessoas, assumir as representações sociais sobre os atos dos seus corpos significa, a cada dia, padecer na infelicidade (isso é o que os outros determinam e é pelos outros que escoam as representações sociais que disciplinam nossos corpos)” (Costa, 2020, p. 110).

Ainda cabe ressaltar que o conceito de ambiente para Winnicott não é o mesmo que espaço vivido para Lefebvre, mas que o primeiro se constitui no e pela via do segundo. Ou seja, as acepções subjetivas sobre o espaço são meios e fins que propiciam a uma pessoa (aquela que assume o lugar de continência, no começo da vida: a “mãe suficientemente boa”) a desenvolver uma relação que ampara o outro (para tanto, essa pessoa necessita se sentir amparada pelo espaço). Assim, podemos dizer que o ambiente é da ordem da díade (mãe-bebê e inconsciente/consciente) que propicia as condições para o desenvolvimento humano, inclusive apresentando os elementos do espaço vivido; enquanto o espaço, para Lefebvre, é produto e produtor da prática social resultante da realidade social e da sua historicidade, assim representa um grupo, uma sociedade, um modo de apropriação do espaço a partir de determinada realidade. O primeiro representa o jogo de forças inconscientes na formação da individualidade e o segundo o jogo de forças na constituição do coletivo; o ambiente é individual e o espaço é social.

Desses encontros epistemológicos, podemos dizer que a cidade-armário se constitui na tríade dos espaços que se engendram como traumáticos, por não acolher (*handling* e *holding*) e nem permitir que o verdadeiro *self* apareça. Tanto os interditos psíquicos quanto os interditos físicos da cidade funcionam como normatizadores do comportamento.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou pensar sobre o conceito de cidade-armário em relação aos grupos LGBTQIA+, tomando como compreensão inicial que as cidades brasileiras são hostis às populações que não seguem a heteronormatividade.

Buscamos interrogar as instituições, os discursos e as práticas da heteronormatividade (Rodrigues, 2020, p. 103) a partir do conceito de cidade-armário. Esta tenta engavetar em seus espaços, opressores e limitadores, os grupos dissidentes da normatividade imposta por uma sociedade machista, excludente, patriarcal, racista, misógina, homofóbica, conservadora e classista, como a nossa. A invisibilidade social imposta nas cidades-armários, por meio de mecanismos de poder, aos grupos LGBTQIA+ somente legitima a violência contra estes e outros grupos. Percebemos que as cidades não devem somente ser vistas como mercadorias a serem vendidas, mas, primeiramente, como um lugar onde habitam pessoas, onde a vida humana acontece em suas mais diversas formas, a cidade vivida. As cidades não devem ser contraditórias, desiguais e geradoras de conflitos de qualquer natureza, mas espaço de acolhimento da individualidade que cada um escolhe para si.

Compreendemos, também, que o direito a uma cidade que respeite todos os grupos sociais e que acolha a todos deve ser implementada a partir de políticas públicas efetivamente regulatórias (exemplo: leis, normativas, regramentos etc.) e que se efetivem na realidade das pessoas. Tais políticas públicas devem oferecer condições que sejam capazes de viabilizar representações públicas das mais diversas aspirações particulares dos indivíduos sociais, sejam eles habitantes e/ou visitantes. A conquista de espaços intraurbanos onde os grupos LGBTQIA+ possam ser quem são é uma questão de preservação de vida e deve ser entendida como uma política de Estado de não violência a grupos minoritários. E o planejamento das cidades deve levar em conta a confiabilidade e as condições ambientais dos espaços urbanos para todos os grupos sociais. Tais construções devem ser planejadas/enfrentadas não pela via da normatização de espaços guetificados, que liberam e toleram como forma de controle dos corpos confinados em determinados espaços, mas como debate público de visibilização de gênero, de justiça social e de direitos equitativos (Toneli; Perucchi, 2006).

Hoje em dia, percebemos que os *campi* das universidades públicas são alguns dos poucos espaços onde as populações LGBTQIA+ podem sair do armário, sendo quem são, demonstrando afeto em público. Muito disto deve-se, percebemos, à compreensão das universidades como sendo espaços de liberdade de expressão intelectual e humana, espaços seguros de representação pessoal e de acolhimento da pluralidade. No entanto, também, acabam por assumir o papel de gueto, espaço de liberdade e de confinamento de manifestações de sexualidades não normativas.

Nessa discussão sobre a cidade-armário, ainda vemos que esta pode ser o lócus do trauma, pois inviabiliza a experiência de socialização de afetos LGBTQIA+ importantes para a solidificação dos sujeitos.

Por fim, compreendemos que o constructo cidade-armário, nessa perspectiva, amplia sua noção para pensar o dentro e fora do sujeito no espaço social que habita, como complementos e como produtores. A cidade-armário produz sujeitos desviantes, não por serem avessos à normatividade de gênero vigente, mas por não oferecer o *holding* necessário à integração do sujeito. Num jogo social mútuo, a cidade pouco facilitadora do humano recebe em troca ressentimento, ódio e narcisismo, produzindo diversas patologias sociais. ■

Recebido em: 29-03-2023

Aceito em: 16-04-2024

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; PARENTE, Jeanderson Soares; BELÉM, Jameson Moreira; GARCIA, Cintia de Lima. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, abr./jun. 2016.
- ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. *GEOUSP - espaço e tempo*, v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019.
- ANTERO, Roberto. Urbanização pela migração em Araguaína (TO), 2016. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 17, n. 59, p. 1-15, 2016.
- ANTUNES, Arnaldo. Cidade. In: ANTUNES, Arnaldo. *Paradeiro*. [s.l.]: Ariola, 2010. CD
- ASSUMPÇÃO, Itamar. Venha até São Paulo. In: ASSUMPÇÃO, Itamar. *Bicho de 7 cabeças*. São Paulo: Baratos Afins, 1993. CD
- BELMONT, Sérgio Antonio. Introdução. *Violência e sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva winnicottiana*. São Paulo: Fapesp, 2008.
- CAMPOS, Maya Polo de; SILVA, Joseli Marta; ORNAT, Marcio José. Espacialidades gays em bares e boates da noite curitibana. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL – GÊNERO, DIREITOS E DIVERSIDADE SEXUAL: TRAJETÓRIAS ESCOLARES, 2., 2011, Maringá. *Anais [...]*. [s.l.]: [s.n.], 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 53-75.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2020a, p. 43-64.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2020b.
- CARVALHO, Cláudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. “Ainda vão me matar numa rua”: direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade armário. *Revista de Direito e Garantia Fundamentais*, Vitória, v. 20, n. 2, p. 143-164, maio/ago. 2019.
- CARVALHO, Cláudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. “Isto é um lugar de respeito!”: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 41-51.
- COSTA, Benhur Pinós da. As geografias das lutas por reconhecimentos sociais: a fenomenologia e o problema da constituição da identidade homossexual no espaço interdito e nas microterritorialidades. *Espaço e cultura*, n. 48, p. 104-136, jul./dez., 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Elsa Oliveira. O caráter temporal e os sentidos de trauma em Winnicott. *Winnicott e-prints*, v. 1, n. 2, p. 1-6, 2006.

- DUARTE, Marco José de Oliveira. Violência, saúde e direitos LGBT: análise crítica sobre itinerários e percursos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL (ENENPESS)*, 16., 2018, Vitória. *Anais [...]*, p. 1-20, [s.l.]: [s.n.], 2018.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FARIA, Daniela de Oliveira. Cidade-armário: o espaço urbano na formação de subjetividades sexuais. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR (ENANPUR)*, 19., 2022, Blumenau. *Anais [...]*. [s.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em: <http://sisgeenco.com.br>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault na Universidade Católica de Louvain. Trad. Anderson dos Santos. 1981. Disponível em: <http://clinicand.com/entrevistacomnichelfoucault>. Acesso em: 17 dez. 2022.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FULGÊNCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. *Natureza humana*, v. 6, n. 2, p. 255-270, jul./dez. 2004.
- GUIMARÃES, Daniel. Convite a prática pública de psicanálise. *Outras Palavras*, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/convite-a-pratica-publica-de-psicanalise>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- IVO, Anete Brito Leal. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, jan./abr. 2010.
- KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins [não oficial do original *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000]. Belo Horizonte: [s.n.], 2006.
- LEITÃO, Lúcia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. *Cadernos Metrôpole*, v. 13, n. 26, p. 461-471, 2013.
- LEITE, João de Deus; PACÍFICO FILHO, Miguel; PIRES, Maria Cilene. Araguaína/TO: cidade e discurso na Amazônia Brasileira – o caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto. *Cidades, comunidades e territórios*, n. 42, p. 129-145, 2021.
- MACÊDO, Luciel Antonio da Silva; VIEIRA, Eduardo Paiva de Pontes. As epistemes e a produção de saberes na contemporaneidade. *Crítica educativa*, v. 5, n. 2, p. 33-42, 2020.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O Alienista*. 34. ed. São Paulo: Ática, 2010
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, André. Prefácio. *In: MIZRAHI, Beatriz Gang. A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MARTINS, Emerson. *Uma hermenêutica da homossexualidade: o fazer-se gay como prática política de liberdade em cidades pequenas*. 2017. 344 f. Tese (Doutorado em Psicologia) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, n. 39, p. 403-429, 2012.
- MENDES, Wallace Goes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & saúde coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020.

- MIZRAHI, Beatriz Gang. *A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MORENO, Maria Manuela Assunção; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. Trauma, uma falha no cuidar? Diálogo entre Ferenczi e Winnicott. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 707-719, 2012.
- MORTES e violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2022. Florianópolis: ANTRA; ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.
- NOGUEIRA, Carolina Rodrigues Chaves; GONÇALVES, Raquel Garcia. Outra cidade possível: experimentações LGBT+ no carnaval de rua. *Revista indisciplinar*, v. 7, n. 2, p. 311-337, 2021.
- OLIVEIRA, Daiana Aparecida Gomes de. *O suicídio na comunidade LGBT no Brasil*. 2018. 12 f. Artigo monográfico (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- PACÍFICO FILHO, Miguel; BORGES, Thelma Pontes; TELES, Marcela Pereira Lima; CANÇADO, Airton Cardoso. Cidades médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. *Redes*, v. 25, n. especial, p. 1477-1503, 2020.
- PEREIRA, Mateus Mazzilli. Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda. *Nexo – políticas públicas*, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- RODRIGUES, Wallace; BORGES, Thelma Pontes. Refletindo sobre as cidades brasileiras como constructos masculinos: uma discussão sobre gênero e cidades. *Pixo: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade*, v. 7, n. 24, p. 278-292, 2023.
- RODRIGUES, Wallace. Novas formas artísticas LGBTQ: o caso Pablo Vittar. *Revista Anthesis*, v. 8, n. 15, p. 97-106, jan./jun. 2020.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SANTOS, Roberto Souza. A construção da Rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, v. 20 n. 3, p. 97-114, set./dez. 2017.
- SCHMID, Christian. A teoria da Produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e tempo*, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.
- SELTZER, Mark. Wound culture: trauma in the pathological public sphere. *October*, v. 80, n. 146, p. 3-26, 1997.
- SILVA, Dafhini Carneiro da; CANABARRO, Ivo dos Santos. O (não) direito à cidade e a teoria do reconhecimento de Nancy Fraser: a construção heteronormativa dos espaços urbanos. In: SALÃO DO CONHECIMENTO: BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, 200 ANOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL, 2022. *Anais [...]*. Ijuí; Santa Rosa; Panambi; Três Passos: Unijuí, 2022.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Revista mana: estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.
- SODRÉ, Reges; RAMIRES, Júlio César de Lima. Contribuições ao estudo das cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas no Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, v. 20, n. 1, p. 169-188, 2017.
- SOUSA, Lucas Henrique de. Homossexualidades e cidades pequenas: a experiência de homens gays em cidades pequenas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS [GT 19: gênero e sexualidade pelo interior do Brasil: fronteiras e cartografias], 44., 2020. *Anais [...]*. [s.l.]: [s.n.], 2020.

- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- TANIS, Bernardo. *A Psicanálise nas tramas da cidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo social: revista de sociologia*, v. 7, n. 1-2, p. 45-52, out. 1995.
- TONELI, Maria Juracy Filgueiras; PERUCCHI, Juliana. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 39-47, set./dez. 2006.
- ULTRAMARI, Clóvis. Conceito de cidade: dificuldades e razões para formulá-lo. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*, v. 15, n. 6, p. 277-294, 2019.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 75-103.
- VASCONCELOS, Ana Paula do Nascimento; COSTA, Otávio José Lemos. Os percursos e as vivências LGBT em Quixadá-CE. *Acta geográfica*, Boa Vista, v. 12, n. 29, p. 19-32, maio-ago. 2018.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidades, *Mercator*, v. 14, n. 4, p. 17-23, 2015.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades urbanas: algum marco conceitual? In: VÉRAS, Maura Pardini (Org.). *Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras*. Jundiaí: Paco, 2018.
- VERASZTO, Estefano Vizconde. *Projeto Teckids: educação tecnológica no ensino fundamental*. 2004. 194 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, Donald Woods. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1983.
- WINNICOTT, Donald Woods. *Explorações psicanalíticas*. São Paulo: Artmed, 1994.
- WINNICOTT, Donald Woods. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- WINNICOTT, Donald Woods. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.
- WINNICOTT, Donald Woods. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.
- WISNIEWSKI, Rudião Rafael. Gênero e diversidade: educação e (in)visibilidade LGBTQ nos espaços urbanos. *Revista atos de pesquisa em Educação*, v. 15, n. 1, p. 76-93, jan./abr. 2020.